



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICOS
EDUCAÇÃO DO CAMPO

1 HISTÓRICO DA UFPA

1.1 Histórico da UFPA

A Universidade do Pará foi criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, após cinco anos de tramitação legislativa. Congregou as sete faculdades federais, estaduais e privadas existentes em Belém: Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais.

Decorridos mais de 18 meses de sua criação, a Universidade do Pará foi solenemente instalada em sessão presidida pelo Presidente Kubitschek, no Teatro da Paz, em 31 de janeiro de 1959. Sua instalação foi um ato meramente simbólico, isso porque o Decreto nº 42.427 já aprovara.

Em 2 de setembro de 1970, o Conselho Federal de Educação aprovou o Regimento Geral da Universidade Federal do Pará, através da Portaria nº 1.307/70. Uma revisão regimental foi procedida em 1976/1977, visando atender disposições legais supervenientes, o que gerou um novo Regimento, que foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação através do Parecer nº 1.854/77 e publicado no Diário Oficial do Estado em 18 de julho de 1978.

No exercício de 1985, o Regimento da Reitoria foi reformulado, após aprovação da Resolução nº 549, do Conselho Universitário, em 9 de dezembro de 1985, passando a vigorar até a presente data.

1.2 Missão, Visão, Princípios Norteadores da UFPA

Por meio de seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2011 a 2015 (PDI), a Universidade Federal do Pará definiu a sua missão institucional: "Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção

de uma sociedade sustentável.? (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006).

No mesmo documento, a visão institucional foi definida: ?Ser referência nacional e internacional como universidade multicampi integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural.?

A instituição apresenta como princípios norteadores de suas ações: ?A universalização do conhecimento; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico; o pluralismo de ideias e de pensamento; o ensino público e gratuito; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; a excelência acadêmica; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.?

1.3 Caracterização da UFPA como instituição responsável pela produção de conhecimento para desenvolvimento social e econômico da Região Amazônica

A UFPA, segundo o Relatório de Gestão 2012 da PROPLAN, configura-se como a maior instituição de ensino e pesquisa de todo o Norte do Brasil. Ofertando um total de 138 cursos de graduação; 59 cursos de especialização; 47 programas de mestrado e 26 programas de doutorado. Sua estrutura organizacional é composta de: 4 Núcleos de produção e integração de conhecimento, 12 Institutos, que compreendem 50 Faculdades; 10 Campi do interior do Estado; 33 Bibliotecas Universitárias; 02 Hospitais Universitários situados na cidade de Belém, 01 Sistema de Incubadora de Empresa em parceria com a Fundação de Amparo e Desenvolvimento a Pesquisa (FADESP), 01 Centro de Capacitação para treinamento de servidores; 01 Museu, 01 Biblioteca Central e 31 bibliotecas setoriais. está atual atualmente em 11 municípios sendo estes Abaetetuba, Altamira, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Marabá, Soure e Tucuruí e possui uma população 60.616 universitários.

No ano de 2012, a UFPA foi responsável pela execução de 1235 projetos de pesquisa que contam com a participação de 964 alunos bolsista, 422 projetos de extensão, envolvendo 651 discentes e com mais de 130 mil pessoas atendidas. A UFPA oferece ofereceu também 188 cursos/oficinas com mais de 4 mil beneficiados entre alunos, técnicos, docentes e comunidade externa. Foram também realizados 487 eventos oficiais, com a participação de mais de 11 mil pessoas.

1.4 Contextualização da área de conhecimento do curso, considerando a origem, os avanços sociais e tecnológicos e os impactos na atualidade, além da importância ao ensino, à pesquisa e à extensão.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo busca contextualizar conhecimentos a serem desenvolvidos que caminhem em direção ao mundo de trabalho na perspectiva de lidar tanto com conhecimentos práticos quanto para compreender a conjuntura política, cultural, social e econômica que envolvem as comunidades do campo, e, dessa forma, atender às exigências das Diretrizes Curriculares da escola do Campo, desenvolvendo suas atividades centradas na formação integral do ser humano, na qualificação profissional e na organização comunitária, valorizando os laços familiares, herança cultural e o resgate da cidadania.

Diante disso, Sousa e Reis apud Santos (2014) asseveram que

“A educação do campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas, sendo inúmeras vezes tratada como política compensatória. Suas demandas e especificidades raramente têm sido objeto de pesquisa no espaço acadêmico ou na formulação de currículos em diferentes níveis e modalidades de ensino. Neste cenário de exclusão, a educação para os povos do campo vem sendo trabalhada a partir de discursos, identidades, perfis e currículos essencialmente marcados por conotações urbanas e, geralmente, deslocado das necessidades da realidade local e regional (SOUZA & REIS apud SANTOS 2014, p. 03).”

É consenso que a análise e o encaminhamento adequado das demandas educacionais das comunidades do campo passam necessariamente pela reflexão e entendimento do seu modo de vida e dos seus valores específicos.

Desse modo, cabem estudos, pesquisas e atividades de extensão que deem conta das demandas específicas da educação voltada para a sustentabilidade sócio-econômica e cultural das comunidades do campo.

2 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

O curso de Licenciatura em Educação do Campo, na Universidade Federal do Pará, surge, inicialmente, no Campus de Marabá, no ano de 2009. Tendo como objetivo “preparar educadores para uma atuação profissional que vá além da docência e dê conta da gestão dos processos educativos na escola e no seu entorno”.

O perfil a ser formado seria um profissional capaz de: (i) exercer a docência multidisciplinar, a partir de uma das áreas de conhecimento propostas, a saber: Linguagens, Artes e

Literatura; Ciências Humanas e Sociais; Matemática e Sistemas de Informação; Ciências Agrárias e da Natureza; (ii) participar da gestão de processos educativos escolares; (iii) ter atuação pedagógica nas comunidades rurais, para além da prática escolar.

O amparo legal para esta proposta encontra-se na Lei 9.394 de 1996, no parecer CNE/CEB 36/2001 e Resolução CNE/CEB 1/2002 que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e no parecer CNE/CP 009/2001 e Resolução CNE/CP 1/2002 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena.

A criação de um curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo faz parte de uma ação mais ampla do Ministério da Educação ? MEC, iniciada em 2003, de promover uma política nacional de educação do campo. Essa política vem sendo formulada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade ? SECAD, através da Coordenação Geral de Educação do Campo ? CGED e do Grupo de Trabalho Permanente de Educação do Campo ? GPT.

No Campus de Abaetetuba o curso é inicialmente implantado, no ano de 2011, por meio do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo do MEC (PROCAMPO), tendo sido ofertadas 60 vagas distribuídas equitativamente entre os municípios de Abaetetuba, Igarapé-Miri e Barcarena. No ano de 2012, o curso é implantado de forma definitiva no Campus, contudo sendo direcionado a um público específico: moradores e/ou educadores do Campo.

A Educação do Campo não constitui uma área de conhecimento autônoma, pois os conhecimentos que produz advém da confluências de outras áreas como a filosofia, sociologia, biologia, química, física, ciências agrárias, pedagogia e outras. Apesar disso, tem profícua produção intelectual na análise do fenômeno em que se debruça: uma educação adequada e emancipadora para as comunidades que vivem e trabalham no campo.

Nesse sentido, muito se tem pesquisado e muito se tem proposto como alternativa para uma educação significativa para o homem que vive e produz no campo, na busca da desconstrução de velhos mas permanentes paradigmas nos quais se vê o campo como um apêndice das zonas urbanas, um lugar que serve apenas para produzir e fornecer bens primários para as cidades, assim como, uma zona econômica, social e culturalmente atrasada.

O Campus de Abaetetuba foi criado com a intenção de possibilitar à população da microrregião do Baixo Tocantins, a qual envolve 11 municípios, maior possibilidade de acesso ao ensino superior. Segundo dados do Sistema de Informações Territoriais do Governo Federal, o Território Baixo Tocantins - PA abrange uma área de 36.024,20 Km² e é

composto por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia.

A população total do território é de 739.881 habitantes, dos quais 390.579 vivem na área rural, o que corresponde a 52,79% do total. Possui 32.365 agricultores familiares, 24.701 famílias assentadas, 10 comunidades quilombolas e 2 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,68.

A realidade socioeconômica da microrregião exige grandes investimentos, principalmente na área educacional que, em muitas localidades, é precária. A formação de profissionais da educação em nível superior, constitui, portanto, uma política de fundamental importância para o desenvolvimento regional.

O Campus de Abaetetuba, desde 1987, vem ofertando cursos, predominantemente, de licenciatura, tendo em vista a necessidade de formar profissionais para atender às enormes demandas na educação básica da microrregião.

O curso de Educação do Campo tem sido ofertado anualmente desde o ano de 2011, sendo gerido pela Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia, tendo o seu quadro docente em consolidação, formado por 05 Doutores e 03 Mestres, sendo que há previsão de contratação de mais 07 docentes por meio do programa PRONACAMPO. O que tem possibilitado o desenvolvimento de pesquisas nas mais diversas áreas ligados à Educação do Campo.

Diante desse quadro e tendo em vista o grande número de professores da educação básica que atuam na zona rural da região e não tem formação em nível superior adequada a realidade do campo, considera-se justificável a oferta do curso por meio do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) do Ministério da Educação (MEC).

O presente projeto pedagógico foi elaborado a partir do trabalho de um grupo de professores da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia. A formulação desse surge a partir da necessidade de se construir uma proposta de formação de licenciatura em Educação do Campo com uma identidade ligada à região onde está instalado o Campus de Abaetetuba, assim como, que contemplasse as experiências de pesquisa, extensão e ensino já consolidadas pelos docentes dessa e de outras Faculdades do Campus.

Buscou-se, ainda, a adequação do projeto às normas legais vigentes, assim como, às novas exigências demandadas para a formação docente em nível superior, em especial às do Plano Nacional de Formação Docente (PARFOR). Dessa forma, o projeto pretende assegurar uma formação sólida, sustentada em consistente estudo teórico, associado a uma cultura de pesquisa e ação extencionista.

3 CARACTERÍSTICA GERAIS DO CURSO

Modalidade Oferta: Presencial

Ingresso: Plataforma Freire / MEC

Vagas: 40

Turno: Integral

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Forma de Oferta: Modular

Carga Horária Total: 3440 hora(s)

Título Conferido:

Período Letivo: Intensivo ;

Regime Acadêmico: Seriado

Reoferta: A Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia, onde o curso será alocado, deverá possibilitar discentes em dependência em atividades curriculares condições para que os mesmos regularizem seu percurso acadêmico, a fim de concluir o curso no tempo normal, desse modo, sempre que necessário, as atividades curriculares deverão ser reofertadas no prazo máximo de um ano, conforme § 2º do Art. 19 do Regulamento da Graduação da UFPA.

4 DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO

4.1 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

O Parecer CNE/CEB 36/2001 e Resolução CNE/CEB 1/2002 que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo inovam em diferentes artigos sobre organização da escola, trato com o conhecimento e com a prática pedagógica, salvaguardando para as populações do campo uma educação emancipatória, associada às soluções exigidas à qualidade social dos povos do campo para um novo desenvolvimento.

Para implementar esse modelo de escola do campo, na sua especificidade e por um novo trato no conhecimento e na organização do trabalho pedagógico, as diretrizes apostam nos processos de formação de profissionais qualificados, capazes tanto de entender as demandas apresentadas quanto de lhes proporcionar os meios necessários a implementação. Nos artigos 12º e 13º a formação dos profissionais da educação do campo de acordo com o artigo 67 da LDB, prevê a formação inicial e continuada em todos os níveis e modalidades com aperfeiçoamento permanente dos docentes, indicando aos centros formativos os seguintes componentes para formação:

O respeito à diversidade cultural e aos processos de interação e transformação existentes no

campo brasileiro;

O efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social de vida individual e coletiva;

O acesso ao conhecimento científico e tecnológico, tendo por referência os princípios éticos e a democracia. Isso supõe entre outras coisas, superar a cultura da reprovação, da retenção e da seletividade, centrar a atenção nos níveis de desenvolvimento cognitivo, afetivo, social, moral, ético, cultural, profissional.

4.2 OBJETIVO DO CURSO

Objetivo Geral

Formar educadores para atuação específica junto às populações que trabalham e vivem no e do campo, com o ensino de conteúdos da área de ciências naturais no âmbito das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, atendendo à diversidade de ações pedagógicas necessárias para concretizar a educação como direito humano e como ferramenta de desenvolvimento social.

Objetivos Específicos

? Oportunizar aos alunos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, experiências diversificadas no campo da prática docente nas séries do ensino fundamental e no ensino médio, acrescidas de atividades que valorizam a educação do campo;

? Contribuir na construção de alternativas de organização do trabalho escolar e pedagógico que permitam a expansão da educação básica no e do campo, com a rapidez e qualidade exigida pela dinâmica social e pela superação da histórica desigualdade de oportunidades de escolarização vivenciadas pelas populações do campo

? Desenvolver estratégias de formação para a docência em uma organização curricular por áreas de conhecimento nas escolas do campo.

? Formar e habilitar profissionais em exercício na educação fundamental e média;

? Habilitar professores para a docência por Áreas do Conhecimento;

? Construir coletivamente, e com os próprios estudantes, um projeto de formação de educadores que sirva como referência prática para políticas e pedagogias de Educação do

Campo.

? Construir alternativas para a nucleação da rede escolar.

? Favorecer aos futuros educadores, o exercício do processo de ação-reflexão-ação na prática docente, fortalecendo a sua formação numa perspectiva prático-reflexiva, através de estágios, monitorias, e outras atividades pedagógicas, onde possam exercitar a prática docente, numa perspectiva de articulação entre teoria e prática.

? Favorecer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão desde o início do curso, através da instrumentalização dos futuros educadores para a investigação e análise crítica do contexto educacional, propondo soluções inovadoras para os problemas verificados na prática educativa, através de projetos pedagógicos de apoio.

? Estabelecer mecanismos de integração entre os acadêmicos da Licenciatura e Instituições de Ensino Estadual e Municipal, Sindicatos do Trabalhador Rural, ONGs, Movimentos Sociais e Sistema de Arranjos Produtivos Locais;

? Criar possibilidades do sujeito da aprendizagem incorporar-se a comunidade, estimular a sua conscientização política e se valorizar como ser humano.

? Integrar os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e os conhecimentos e habilidades relativas às atividades técnicas do trabalho e de produção regional.

? Promover uma melhor articulação entre as etapas curriculares que compõem a matriz curricular do curso de Licenciatura em Matemática e Educação do Campo na perspectiva de uma ação interdisciplinar como superação do conhecimento fragmentado.

? Conscientizar o futuro professor que o trabalho interdisciplinar produz conhecimento útil, portanto interligando teoria e prática, estabelecendo relação entre o conteúdo do ensino e realidade social escolar.

4.3 PERFIL DO EGRESSO

Os egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo deverão possuir uma sólida formação teórico-prática na área do conhecimento de ciências naturais, que lhes possibilitem associar os conteúdos curriculares e os saberes da experiência à necessidade e realidade do campo.

Para isso, deverão ser capazes de analisar, descrever e explicar as práticas educativas na escola, à luz de distintas teorias; bem como, interpretar, em sua prática profissional, a prática educativa a partir dos conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social

brasileira, regional e local, utilizando, no trabalho docente, formas distintas de acessar e processar conhecimentos, estratégias de ensino e materiais didáticos diversificados, com compreensão das transformações no mundo atual mediadas por novas tecnologias.

Cabe ainda ao egresso a desenvoltura para articular, na atuação profissional, os conhecimentos científicos com as experiências vivenciadas na prática pedagógica e com a realidade dos alunos, propondo formas de interação entre a educação escolar, o mundo do trabalho e outras práticas sociais, concebendo-as como espaços educativos. Devendo, ainda, participar da construção coletiva do projeto político - pedagógico dos espaços escolares em que atuar, contribuindo no exercício da gestão democrática da educação.

O profissional formado deverá ser autônomo intelectualmente no exercício de sua atividade, tomando decisões e apresentando soluções alternativas no tratamento das questões educativas, a partir da compreensão do processo de trabalho pedagógico que ocorre nas condições da escola, da educação formal e não formal. Desenvolvendo o trabalho coletivo e interdisciplinar no trabalho pedagógico, de forma interrogativa e investigativa, contribuindo para a construção de saberes e conhecimentos no campo educacional.

A capacidade de implementar formas de gestão democrática na escola, com condições de organizar e gerir, como profissional, a articulação dos sujeitos escolares entre si e destes com os movimentos sociais fora da escola deverá também compor o perfil profissional do licenciado em Educação do Campo, o qual deverá promover, em sua prática profissional, diálogo sobre valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo do campo, compreendendo a dinâmica social e econômica do campo como parâmetro para uma prática docente contextualizada. Identificando os principais fatores relacionados ao surgimento de doenças, em especial, no homem do campo, orientando os sujeitos alvo da prática profissional.

Somando-se a isso, deverá reconhecer os processos químicos envolvidos na constituição do ambiente e do ser humano, orientando as ações dos sujeitos alvo da prática educativa, identificando os objetos de estudo e os conceitos elementares das ciências exatas a serem trabalhados na prática docente, compreendendo a dinâmica dos seres vivos e seu desenvolvimento no meio ambiente, com vistas ao trabalho docente na área, assim como, compreender os fenômenos físicos envolvidos na constituição do universo e da vida humana, relacionando-os à vida dos sujeitos da aprendizagem escolar

Por fim, deverá compreender o processo de trabalho docente que ocorre nas condições da escola, da educação formal e não formal no campo

4.4 COMPETÊNCIAS

- Analisar, descrever e explicar as práticas educativas na escola, à luz de distintas teorias;
- ? Interpretar, em sua prática profissional, a prática educativa a partir dos conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social brasileira, regional e local;
 - ? Utilizar, no trabalho docente, formas distintas de acessar e processar conhecimentos, estratégias de ensino e materiais didáticos diversificados; bem como compreender as transformações no mundo atual mediadas por novas tecnologias;
 - ? Articular, na atuação profissional, os conhecimentos científicos com as experiências vivenciadas na prática pedagógica e com a realidade dos alunos;
 - ? Propor, como profissional da educação, formas de interação entre a educação escolar, o mundo do trabalho e outras práticas sociais, concebendo-as como espaços educativos;
 - ? Participar da construção coletiva do projeto político - pedagógico dos espaços escolares em que atuar, contribuindo no exercício da gestão democrática da educação;
 - ? Ter autonomia intelectual no exercício de sua atividade, tomando decisões e apresentando soluções alternativas no tratamento das questões educativas;
 - ? Compreender o processo de trabalho pedagógico que ocorre nas condições da escola, da educação formal e não formal;
 - ? Desenvolver o trabalho coletivo e interdisciplinar no trabalho pedagógico, de forma interrogativa e investigativa, contribuindo para a construção de saberes e conhecimentos no campo educacional;
 - ? Implementar formas de gestão democrática na escola, estando em condições de organizar e gerir, como profissional, a articulação dos sujeitos escolares entre si e destes com os movimentos sociais fora da escola;
 - ? Promover, em sua prática profissional, diálogo sobre valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo do campo;

Compreender a dinâmica social e econômica do campo como parâmetro para uma prática docente contextualizada.

Identificar os principais fatores relacionados ao surgimento de doenças, em especial, no homem do campo, orientando os sujeitos alvo da prática profissional.

Reconhecer os processos químicos envolvidos na constituição do ambiente e do ser humano, orientando as ações dos sujeitos alvo da prática educativa.

Identificar os objetos de estudo e os conceitos elementares das ciências exatas a serem trabalhados na prática docente.

Compreender a dinâmica dos seres vivos e seu desenvolvimento no meio ambiente, com vistas ao trabalho docente na área.

Compreender os fenômenos físicos envolvidos na constituição do universo e da vida

humana, relacionando-os à vida dos sujeitos da aprendizagem escolar.

Compreender o processo de trabalho docente que ocorre nas condições da escola, da educação formal e não formal no campo

4.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As atividades curriculares do Núcleo Formador, do Núcleo Específico e do Núcleo Integrador, articuladas através da dinâmica do Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade serão ofertadas em 08 blocos.

O Tempo-Universidade do Curso será constituído de 8 h/a diárias de trabalhos acadêmicos, privilegiando os componentes curriculares de formação teórica, em que serão desenvolvidos conteúdos científico-culturais. Para isso serão utilizadas metodologias diversificadas tais como as preleções, os estudos dirigidos, os seminários, os debates, entre outros. Todos estes procedimentos podem ser facilitados mediante o uso de recursos didáticos (quadros magnéticos, canetas, jornais, revistas, livros, artigos) e recursos tecnológicos (televisor, aparelho de DVD, microcomputadores, internet, aparelho de data-show) a critério de cada docente, e, previamente, definido em um Plano de Ensino.

O Tempo/ Comunidade será desenvolvido nas comunidades de origem dos alunos e nas escolas do Campo. As escolas do Campo serão lócus privilegiado da formação do educando, por isso serão escolhidas as escolas localizadas nas comunidades de origem desses educandos envolvidos no projeto de formação.

Desse modo, a organização metodológica do curso sustenta-se a partir da proposta da Pedagogia da Alternância e da Alternância Pedagógica, tal metodologia se fundamenta na articulação das disciplinas curriculares como um momento de reflexão e fundamentação teórico-metodológico e conceitual, em que os alunos terão acesso aos conhecimentos socialmente construídos pela humanidade. Ao mesmo tempo em que esses alunos terão a possibilidade de realizar a síntese teórica-conceitual a partir da reflexão acerca da sua realidade sócio-cultural. Dentro desta articulação das disciplinas, alunos e professores terão a oportunidade de realizar a vivência pedagógica como um momento de engendramento dos saberes teóricos e dos saberes da experiência dos educandos que deverão fundamentar a formação do licenciado em todo o decorrer do curso.

Neste sentido, o Tempo Universidade será momento de formação teórico-metodológico e conceitual com vistas apropriação de saberes científicos para a intervenção na realidade sócio-cultural das comunidades. Do outro lado, o Tempo-Comunidade será momento de

(re)elaboração teórica com objetivo de uma síntese teórico-metodológica que se constrói a partir da intervenção e reflexão a cerca da realidade concreta.

A articulação desses tempos será pautada a partir da realização da pesquisa que será o fio condutor da síntese intelectual proposta. No tempo-Universidade as propostas de pesquisa serão construídas a partir dos eixos teóricos propostos no projeto pedagógico e no tempo-comunidade os alunos terão que realizar pesquisas in loco para a produção científica em torno das mesmas. A cada retorno do tempo-comunidade, que será no período intensivo, os alunos terão os seminários integrados com objetivo de apresentarem publicamente os resultados e discussões sobre as pesquisas realizadas, dentro de uma perspectiva colaborativa de problematização-reflexão e intervenção na realidade local.

Após os Seminários, as produções decorrentes dos mesmos retornarão às comunidades em forma de seminários temáticos que serão realizados pelos educandos e acompanhados pelos professores orientadores do estágio docente.

Ressalta-se que a proposta metodológica de condução do curso basear-se-á em atividades de pesquisas, seminários, estágios e atividades culturais e científicas, tais atividades serão viabilizadas a partir da formação dos formadores, ou seja, os professores envolvidos no projeto deverão compreender e participar ativamente da proposta do curso. Por isso, entre as etapas do tempo-universidade realizaremos as oficinas de preparação de vivência educativa que terá como objetivos:

- 1- Planejamento e organização do fluxo metodológico-curricular da etapa;
- 2- Articulação das propostas que serão realizadas nas disciplinas;
- 3- Definição de atividades colaborativas entre as disciplinas que serão ofertadas nas etapas;
- 4- Definição da realização das atividades do Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade;
- 5- Discussões sobre a proposta metodológica do curso;
- 6- Avaliação da condução metodológica das etapas.

Nas oficinas pedagógicas de formação e planejamento serão realizadas a organização e planejamento das atividades relacionadas a oferta do bloco de atividades curriculares, seguindo a organização do desenho curricular, assim as oficinas antecederão a oferta do bloco e participaram diretamente dessas os professores e coordenadores envolvidos na execução do curso. Nessas oficinas, pedagógicas serão definidos eixos temáticos que serão condutores da proposta metodológica da etapa ofertada. O Eixo Formativo curricular tem como objetivo agregar multi e interdisciplinarmente os conteúdos curriculares das disciplinas que serão ofertadas, primando por um diálogo colaborativo entre as mesmas para

dinamizar o curso e garantir a formação integral do educando.

Outrossim, o PARFOR, por ser um programa de formação voltado para a formação inicial de professores que já atuam na área, possui condições diferenciadas no que tange ao desenvolvimento das atividades curriculares, desse modo, no presente projeto pedagógico, adotou-se o que sugere o Art. 3º da Resolução Nº 02/2010 do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente do Pará: 20% da carga horária de cada atividade curricular obrigatória será desenvolvida à distância, o que envolve as atividades de Tempo-comunidade e outras.

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

5.1 APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DO CURSO

A forma de organização curricular deverá intencionalizar atividades e processos que garantam sistematicamente a relação prática-teoria-prática vivenciada no próprio ambiente social e cultural de origem dos estudantes. (Conforme proposta do MEC).

A organização curricular ocorrerá em regime de alternância entre Tempo/Universidade e Tempo/ Comunidade-Escola do Campo, para permitir o acesso e a permanência nesta Licenciatura dos professores em exercício e não condicionar o ingresso de jovens e adultos na educação superior à alternativa de deixar de viver no campo. (Cf Proposta MEC).

O Tempo/ Comunidade-Escola do Campo será realizado como atividade à distância no desenvolvimento de cada disciplina.

A carga horária total será de 3.440 horas, assim distribuídas:

- a. Núcleo Formador = 1.920 horas.
- b. Núcleo Específico = 1.320 horas.
- c. Núcleo Integrador = 200 horas

a) Núcleo Formador: O objetivo do núcleo formador é proporcionar ao graduando subsídios para a construção da formação intelectual, visando a reafirmação da identidade cultural, articulando aspectos da docência, memória e práticas educativas na educação do Campo como principais elementos da formação do educador/licenciado. Compoem esse núcleo a dimensão Teoria Pedagógica (660h), Pesquisa e Prática Pedagógica (960h) e Sociedade e Economia do Campo (300h).

b) Núcleo Específico: Tem como objetivo possibilitar uma sólida formação teórico-prática do graduando na área de ciências naturais, oferecendo conteúdos curriculares visando o desenvolvimento de habilidades e competência para a atuação na docência.

c) Núcleo Integrador: Tem como objetivo proporcionar ao formando tempos e espaços curriculares diversificados para além do padrão turma/professor/horas-aula semanais, desse modo, constitui-se de oficinas, seminários interdisciplinares sobre temas educacionais e profissionais, grupos de trabalho supervisionado, participação em eventos, atividades de iniciação à pesquisa, atividades de extensão, entre outros, capazes de promover e, ao mesmo tempo, possibilitar aos futuros professores atuações diferenciadas, percursos de aprendizagens variados, diferentes modos de organização do trabalho, promovendo o exercício das diferentes competências a serem desenvolvidas.

É preocupação de todos que compõem o curso que a formação do futuro licenciado possibilite a integração com a diversidade de situações e oportunidades com as quais o egresso do curso vai se confrontar. Por isso, parte das oficinas e dos seminários integradores se organizará em torno de temas relativos às políticas da Educação Inclusiva, à Educação do Campo, à Educação de Jovens e Adultos, à Educação para as Relações Étnico-raciais, à Educação em Direitos Humanos e à Educação Ambiental. Esses temas também deverão compor o conteúdo das disciplinas: Desenvolvimento Sustentável e Contribuição Tecnológica da África na Formação Econômica do Brasil, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, História da Educação do Campo, LIBRAS, Linguagem e Comunicação do Campo, Política e Legislação da Educação do Campo, Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, Sociologia do Desenvolvimento do Campo. Outrossim, os projetos de pesquisa e extensão em desenvolvimento no Campus de Abaetetuba deverão ser espaços privilegiados de estudo das temáticas interdisciplinares, destacando-se os projetos: GEPEGE -Grupo de estudo e Pesquisa Gênero e Educação- Prof^a Dr^a Joyce Ribeiro, GEPEN - Grupo de Estudos e Pesquisas Memória, Formação Docente e Tecnologia- Prof^a Dr Mara Rita de Oliveira, GEPIF Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Infância e Filosofia- Prof. Dr Waldir Abreu, \\\"Sociedade, Estado e Educação: ênfase nos governos municipais e na educação do campo\\\" - Prof. Afonso Nascimento, entre outros.

5.2 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso é atividade curricular obrigatória e será ofertado no 8º bloco, com 60 horas, em que o aluno desenvolverá a fundamentação teórico-metodológica e procederá à análise dos dados de um trabalho de iniciação científica. O TCC será realizado em um dos campos do conhecimento que norteiam a configuração curricular do curso, a partir de projeto de pesquisa do discente, com a concordância de seu orientador. A definição do tema deverá alinhar-se aos interesses de pesquisa dos professores-orientadores. Estes, em conjunto com seus orientandos, construirão o plano de desenvolvimento da atividade.

Depois de concluído, o discente deverá defender publicamente seu Trabalho de Conclusão de Curso.

O Conselho da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia regulamentará, em resolução própria, sobre as diversas formas de concepção, desenvolvimento e apresentação do TCC, bem como a organização das defesas, o calendário específico, o evento próprio para as apresentações públicas, as formas e os instrumentos de avaliação, respeitando o disposto nos Art. de número 92 a 96 do Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA.

5.3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Serão realizados nos intervalos entre os períodos letivos de disciplinas curriculares, durante o Tempo-Comunidade, em escolas e comunidades do campo, articulados às atividades de pesquisa e estudo, pesquisa e prática pedagógica. O estágio constitui-se na vivência e exercício profissional da docência, sob orientação e acompanhamento de professores e articulada ao planejamento das instituições de ensino, campo de estágio.

O estágio docente será realizado em instituições de ensino público: municipais e estaduais, escolas comunitárias e em instituições não formais de ensino localizadas no campo. As orientações pedagógicas, incluindo plano de aula, estarão a cargo do Professor-orientador da Vivência da Prática Educativa nos espaços reservados para a disciplina.

A avaliação das atividades realizadas no estágio ocorrerá durante o desenvolvimento todo o percurso formativo, tanto por parte da prática pedagógica como por parte da escola-campo, além da auto-avaliação do educando. Ao final do estágio de cada semestre letivo será elaborado um Relatório referente às atividades desenvolvidas em campo, juntamente com o material utilizado na execução.

O estágio obrigatório ocorrerá a partir do início da segunda metade do curso, sendo o mesmo ofertado do seguinte modo:

- a) Estágio I - 60 horas

- b) Estágio II - 75 Horas
- c) Estágio III - 75 Horas
- d) Estágio IV - 135 Horas
- b) Estágio V - 60 Horas

5.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Serão constituídas de atividades complementares curriculares e extra-curriculares que poderão ser desenvolvidas na dinâmica do Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade, tais atividades de capacitação acadêmica, podem constituir-se, a partir de: monitoria do curso específico, participação em projetos de extensão, atividades profissional vinculada ao curso, participação em palestras, seminários, mesa redonda, congressos, conferência, iniciação científica, trabalhos publicados e outras atividades de cunho acadêmico-científico-culturais que se articulem com a proposta do curso.

Ainda, compreendendo a importância da articulação de saberes da experiência e saberes do campo teórico, realizaremos no decorrer das etapas do curso a socialização da produção acadêmica curricular e científica para as comunidades envolvidas no projeto.

5.5 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

A prática como componente do currículo do curso totaliza 985 horas, sendo constituída por parte da carga horária de várias atividades curriculares obrigatórias e de caráter teórico-prático, com início já no primeiro período letivo do curso. Tendo como objetivo proporcionar ao discente a vivência de situações didáticas que abordem questões relativas ao compreender/fazer na utilização e aplicação de conhecimento na prática de sala de aula, por meio de ações que vislumbrem a relação teoria-prática. Trata-se de um componente que possibilita ao discente a reflexão sobre a realidade observada, vivenciada, geradora de experiência e problematizações e iniciativas de pesquisa. Nesse sentido, a prática é concebida como fonte de apreensão de conteúdos e saberes teórico-práticos necessários à formação profissional do graduado em Educação do Campo.

5.6 POLÍTICA DE PESQUISA

A pesquisa nunca pode ser uma ação mecânica, distanciada de um referencial teórico e metodológico, que contextualize a realidade em que ela se processa. A pesquisa deve se constituir em uma ação de sujeitos na busca de compreender sua história, sua realidade, dar respostas, fazer perguntas, semear dúvidas. O processo de pesquisa não é homogêneo, linear, uniforme, a-histórico; ao contrário, é histórico e por isso complexo e desafiador, exigindo uma postura séria e reflexiva do pesquisador. Desta forma,

Pesquisar é toda atividade voltada para a solução de problemas, como atividade de busca, indagação, investigação, inquirição da realidade, e a atividade que vai nos permitir no âmbito das ciências, elaborar um conjunto de conhecimentos, que nos auxiliem na compreensão desta realidade e nos oriente em nossas ações (PÁDUA, 2000, p. 31).

Compreendemos que a pesquisa na formação do licenciado deverá conduzir a produção de novos conhecimentos, assim como a apropriação dos saberes construídos historicamente. Em consonância com Bachelard (1996), todo conhecimento científico constitui-se na troca que ocorre entre o sujeito e o objeto, no caso específico deste estudo, na interação entre sujeito e objeto de estudo significou a ampliação do olhar local para um olhar mais universal a partir do distanciamento do objeto de pesquisa. Ainda de acordo com o referido autor, onde a existência do sujeito se faz presente, as próprias interpretações interferem no ato de ver, pensar, sentir, viver, ser e estar neste mundo? (p. 14), ou seja, à medida que o pesquisador mergulha seu olhar sobre o objeto pesquisado, mais aprofunda sua compreensão do mundo que o cerca.

O saber verdadeiro surge da observação que somos capazes de realizar, da indagação e articulação do que consideramos conhecer e do que desejamos conhecer. Verdade é o ser, em sua essência e existência e, somente se faz presente pela necessidade, pelo confronto e ação do indivíduo (BACHELARD, 1996, p. 36).

Compreendendo que a pesquisa acadêmica é um saber produzido para a intervenção na realidade, no decorrer do curso buscaremos identificar das linhas de pesquisa-desenvolvimento que poderão ser privilegiadas no curso a partir dos conteúdos profissionais essenciais e específicos tais como:

- a) Juventude, Cultura e educação do Campo;
- b) Formação de Professores em Ciências e matemática
- c) Linguagem, Tecnologia e Educação Inclusiva
- d) Movimentos Sociais, escola e reforma Agrária

5.7 POLÍTICA DE EXTENSÃO

As atividades de Extensão deverão se fundamentar na estreita relação com a realidade, o que significa dizer que as problemáticas que serão levantadas devem, necessariamente, estar em consonância com os problemas encontrados na região, sem perder de vistas as questões mais amplas que envolvem o fenômeno educativo.

As ações extensionistas serão elaboradas por docentes, discentes e técnico-administrativos visando à interação entre o conhecimento científico produzido na Universidade e sua interface com a comunidade. A carga horária das atividades de extensão corresponderá a 10% total da carga horária do curso, conforme Regulamento da Graduação (Art. 65, 66, 67, 68). Sendo esse percentual distribuído em todas as atividades curriculares, menos o TCC.

Serão consideradas atividades de extensão aquelas que privilegiem especialmente a relação das produções intelectuais com ações e projetos que colaborem para a integração entre a comunidade e a Universidade, fazendo desta primeira um importante foco do retorno das ações da Universidade enquanto Instituição social para a sociedade. Tais atividades poderão ser desenvolvidas no conjunto das atividades curriculares denominada de disciplinas de ensino ou atividades planejadas, organizadas coordenadas por um docente responsável designado pela faculdade.

5.8 POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

A proposta pedagógica do curso de licenciatura Plena em educação do campo já se apresenta com uma política de inclusão ao se colocar no horizonte da qualificação para as populações do campo historicamente excluídas de processos decisórios na sociedade contemporânea. Isso se amplia mais quando propomos que para além da oferta do curso possam desenvolver junto com o educandos e sociedade civil e movimentos sociais políticas de inclusão:

? Ampliar e fortalecer os canais de participação social, apostando no contínuo esforço dos excluídos para prosseguir na construção de uma sociedade que reconheça seu direito a ter

direitos ? os direitos humanos em toda sua plenitude ? civis, políticos e sociais;

? Investir fortemente na qualificação e emancipação dos movimentos sociais, ONGs e de outros setores da sociedade civil para que desenvolvam ações propositivas e capazes de fazê-los participar eficazmente de negociações e deliberações;

? Inspirar e potencializar ações políticas institucionais em todos os setores da sociedade, para difundir práticas democráticas ampliadoras da cidadania.

? Desenvolver estratégias para voltar à formação do licenciado para a reflexão do processo de inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais que moram no campo.

? Proporcionar cursos de Braille, libras e de tecnologias assistivas voltadas para a realidade da população do campo ao longo do período de formação, para docentes e discentes habilitando-os a lidar com possíveis estudantes com necessidades especiais, juntamente com a elaboração de materiais didáticos especializados para essas pessoas.

6 PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

As disciplinas curriculares do núcleo formador, do núcleo específico e do Núcleo Integrador articulados através da dinâmica do tempo-Universidade e tempo-Comunidade. E ofertados em 8 blocos organizados em disciplinas curriculares.

O Tempo-Universidade do Curso será constituído de 8 h/a diárias de trabalhos acadêmicos privilegiando os componentes curriculares da Formação do educando durante cada etapa. Cada bloco de disciplinas relacionadas ao Tempo-Universidade será realizado no Campus de Universitário de Abaetetuba- Baixo Tocantins.

O Tempo/ Comunidade será desenvolvido nas comunidades de origem dos alunos e nas escolas do Campo. As escolas do Campo serão lócus privilegiado da formação do educando, por isso serão escolhidas as escolas localizadas nas comunidades de origem desses educandos envolvidos no projeto de formação.

7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

7.9 CONCEPÇÃO E PRINCÍ-PIOS DA AVALIAÇÃO

No presente projeto, defende-se a concepção de avaliação pautada numa visão abrangente, em que não apenas se busca identificar falhas no ensino, na aprendizagem ou nas condições estruturais em momentos pontuais do processo educativo. Entende-se a avaliação como

processo inerente à dinâmica de aquisição, produção e disseminação do conhecimento. Estando essa presente, ainda que de forma velada, em todos os momentos onde se realizam as atividades acadêmicas. Desse modo, acredita-se ser necessário desconstruir mitos e preconceitos que tiveram seus alicerces em formas de avaliação meramente classificatórias e punitivas.

No processo educativo, todos estão passíveis de avaliação, devendo ser essa um instrumento para aperfeiçoamento da instituição como um todo, assim como, de feedback para o docente e possibilidade para o discente superar dificuldades. Assim, torna-se importante serem efetivados meios e formas legítimas para que todos os envolvidos no processo educativo tenham sua voz ouvida e possam retroalimentar toda a dinâmica educacional institucional. Assim sendo, quando se trata do processo ensino/aprendizagem em si, é relevante observarmos que o documento "Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará" (p.55), destaca que:

Privilegiar o aspecto processual/formativo da avaliação requer, entretanto, que:

- 1) Assumamos que a avaliação não deve restringir-se ao aluno, mas estender-se aos professores;
- 2) Superemos a tradição disciplinar da avaliação (aquela feita por disciplinas) e adotemos avaliações no sentido longitudinal do curso;
- 3) Consequentemente, adotemos e exploremos múltiplas estratégias e instrumentos de avaliação.

Faz-se, então, necessário quebrar a concepção unidirecional de avaliação, onde um sujeito, num patamar superior, avalia outro sujeito, numa condição inferior, para, assim, atribuir-lhe a aprovação ou desaprovação. O processo avaliativo precisa pautar-se no princípio da igualdade dos sujeitos, ainda que assumindo papéis diferenciados, mas todos passíveis de avaliar e ser avaliados, reconhecendo-se importância da mútua cooperação para o aperfeiçoamento do processo como um todo: desde a gestão até o ensino propriamente dito.

7.10 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação acadêmica levará em consideração as Normas do Sistema Acadêmico vigente na UFPA, com o envolvimento de professores e alunos. De acordo com as Normas Acadêmicas, o aluno será considerado aprovado se apresentar frequência de 75% nas

atividades acadêmicas e desempenho mínimo exigido na legislação em vigor da UFPA.

Serão elementos básicos para a avaliação do graduando:

- a) A avaliação deve ocorrer de maneira contínua e progressiva, abrangendo todos os momentos do curso;
- b) A avaliação deve abranger os múltiplos aspectos de aprendizagem e, indo além da aferição de conhecimento, considerando atitudes, comportamentos, compromisso com o trabalho, entre outros pontos. A sistemática da avaliação seguirá os seguintes passos:
 1. A avaliação será diagnóstica, formativa, permanente, contínua e cumulativa, com a finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, obedecendo à ordenação e a seqüência de ensino bem como a orientação do currículo;
 2. Como forma de avaliação serão utilizados instrumentos: tais como seminários, pesquisas, produção escrita, provas, experimentos, entre outros que forem elegidos para compor o processo avaliativo, tais instrumentos deverão possibilitar o acompanhamento e avaliação específica das aquisições dos conhecimentos e competências;
 3. Caberá ao corpo de professores estabelecerem normas e diretrizes em relação aos instrumentos a serem utilizados no processo de avaliação;
 4. Serão considerados itens importantes para a avaliação, o interesse e a participação dos acadêmicos nos trabalhos de campo e práticas de laboratórios;
 5. Os resultados das avaliações serão expressos através de notas em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez);
 6. Para aprovação no curso, o acadêmico deverá participar obrigatoriamente das atividades e cumprir no mínimo, 75% de freqüência;
 7. Os resultados a cada final de bimestre estarão à disposição dos alunos na Secretaria Acadêmica do Campus.

7.11 AVALIAÇÃO DO ENSINO

Compreendendo que avaliação não se constitui em uma via de mão única, mas se configura em um momento de produção do conhecimento, a avaliação docente se faz fundamental para que possamos repensar o processo metodológico do curso assim como os instrumentos de avaliação e acompanhamento do mesmo. Por isso ao longo da realização de atividades realizaremos coletivamente avaliação docente e no final de cada etapa realizaremos um seminário de avaliação envolvendo professores, alunos e a equipe pedagógica com a intenção de discutir os caminhos percorridos na etapa, redimensionar a proposta e avaliar os

resultados obtidos.

7.12 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

A avaliação global do curso se constituirá em uma atividade permanente, contínua, sistemática e dialógica envolvendo os agentes escolares (professores, coordenação e técnicos), alunos, representantes das comunidades envolvidas no projeto. A avaliação das atividades didático-pedagógicas será realizada ao término de cada período letivo e o respectivo planejamento a cada início de período letivo, envolvendo principalmente os docentes, discentes e coordenadores envolvidos nas atividades acadêmicas previstas no projeto pedagógico de curso.

No processo de desenvolvimento das atividades curriculares propostas teremos ao fim de cada período letivo um processo de avaliação da condução metodológica do curso. Serão aplicados questionários para os professores e alunos envolvidos nas atividades curriculares de cada período letivo.

Os dados coletados junto a mesmos serão sistematizados para serem apresentados nos seminários integradores em que participaram professores, alunos e os representantes de cada município envolvidos no curso.

8 INFRAESTRUTURA

8.13 DOCENTES

Nome	Titulação máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
Afonso Welliton de S.Nascimento	Mestre	Sociologia	Dedicação Exclusiva
Alexandre Vinicius Campos Damasceno	Mestre	Educação Matemática	Dedicação Exclusiva
Eliana Campos Pojo	Mestre	Educação	Dedicação Exclusiva
Flávio Vargas Andrade	Mestre	Biologia	Dedicação Exclusiva
Lina Gláucia Dantas Elias	Mestre	Educação	Dedicação Exclusiva
Manuel Eleutério Rodrigues	Doutor	Física	Dedicação Exclusiva
Mara Rita Duarte de Oliveira	Doutor	Agricultura Familiar	Dedicação Exclusiva
Messias de Souza Costa	Doutor	Física	Dedicação Exclusiva
Oswaldo dos Santos Barros	Doutor	Educação Matemática	Dedicação Exclusiva
Robson André Barata de Medeiros	Mestre	Ciências e Matemática	Dedicação Exclusiva
Ronaldo Lopes de Sousa	Mestre	Biologia	Dedicação Exclusiva

8.14 TÉCNICOS

Marcela

Cargo: Bolsista

Carga Horária: 20 horas semanais

8.15 INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
Biblioteca para uso de alunos e professores do curso de Pedagogia e demais cursos do Campus de Abaetetuba, possui acervo de livros, periódicos e recursos multimídia.	Imóvel	40	Administrativa	1
Auditório destinado à realização de eventos.	Imóvel	200	Aula	1
Mini-auditório destinado à realização de aulas e pequenos eventos.	Imóvel	90	Aula	1
Salas climatizadas onde são realizadas as atividades de ensino.	Imóvel	50	Aula	4
Gabinetes para uso dos docentes do curso, onde se realizam estudos e orientação de trabalhos dos alunos	Imóvel	2	Orientação acadêmica	20
Laboratórios de Informática destinados a pesquisas acadêmicas e a aulas que demandem a utilização de microcomputadores.	Laboratório	40	Aula	2
Sala onde se realizam as atividades de cunho administrativo e pedagógico concernentes ao curso, sendo dividida em secretaria e gabinete do Coordenador.	Secretaria	5	Administrativa	1

8.16 RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
Sala onde se realizam as atividades de cunho administrativo e pedagógico concernentes ao curso, sendo dividida em secretaria e gabinete do Coordenador.	computador	Cedido	2	Utilizado para atividades administrativas.
	mesa	Cedido	2	Utilizada para as atividades administrativas.
Salas climatizadas onde são realizadas as atividades de ensino.	quadro magnético	Cedido	4	Utilizados nas aulas e momentos de estudo.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BRASIL, MEC, Plano Nacional de Educação, Janeiro de 2001.

_____, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, 2000.

_____, Secretaria de Educação a Distância, Salto para o futuro, Educação de jovens e adultos, 1999.

FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. Medo e Ousadia ? O Cotidiano do Professor. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Professora sim, Tia não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo, Loyola, 1993.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e prática, São Paulo, Cortez, 2001.

GIUBILEI, Sonia. Trabalhando com Adultos, Formando Professores. Tese de Doutorado, Unicamp, 1993.

HADDAD, Sérgio. A Educação de Pessoas Jovens e Adultas e a Nova LDB, in Brzezinski, Iria (org). LDB Interpretada ? Diversos Olhares se cruzam, SP, Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem, Revista Brasileira de Educação, n. 2, set-dez, ANPED, 1999.

PÁDUA, Elizabete Matallo Marchesini de. Metodologia de pesquisa: Abordagem teórico - prático. 6ª edição. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2000. (Coleção magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

PAIVA, Jane et al, Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea, Brasília, UNESCO/MEC, 2004.

TORRES, Rosa Maria. Educação para todos: a tarefa por fazer. Trad. Daisy Moraes. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.